

*A Industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira**

José Graziano da Silva

A "industrialização da agricultura" brasileira é relativamente recente (pós-65, se quisermos datá-la) e representa mudança qualitativa fundamental no longo processo de transformação da sua base técnica - chamado de "modernização" - que vinha sendo impulsionado por incentivos governamentais desde o pós-guerra.

A formação dos complexos agroindustriais (CAIs) nos anos 70 se deu a partir da integração intersetorial entre três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas premiadas com fortes incentivos de políticas governamentais específicos (fundos de financiamento para determinadas atividades agroindustriais, programas de apoio a certos produtos agrícolas, crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos, etc.) (1).

O ponto culminante dessa integração, todavia, só foi logrado no final dos anos 70 e início dos 80, resultando

* Este artigo é uma versão de um trabalho mais amplo apresentado ao projeto Iris/Desep-CUT, em fevereiro de 1993.

José Graziano da Silva - Professor titular de Economia Agrícola do Instituto de Economia/Unicamp.

(1) KAGEYAMA, A. et alii. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. et alii (orgs.). *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília, Ipea, 1990 (relatório nº 127).

numa verdadeira "orquestração de interesses" agrários, industriais e financeiros. Além de representar uma consolidação da integração técnica e financeira dos CAIs, essa "orquestração de interesses" impôs profundas transformações nos planos da concentração e centralização dos capitais aplicados no setor agropecuário, bem como na propriedade da terra e no plano das relações (políticas) com o Estado (2).

Infelizmente não é possível desenvolver todos esses aspectos aqui. Serão apenas analisadas de maneira resumida aquelas implicações fundamentais dessa "passagem dos complexos rurais aos CAIs" para o nosso futuro próximo, cujos contornos são desenhados a seguir:

- O corte setorial agricultura/indústria perde sua força analítica: não se pode mais falar num único determinante, nem numa única dinâmica, nem num único "setor agropecuário". A agricultura brasileira já é hoje - e será ainda mais até o final do século - uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada. Só se pode entendê-la a partir de seus vários segmentos constitutivos: os CAIs, com suas dinâmicas específicas e interligadas aos setores industriais fornecedores de insumos e processadores de produtos agropecuários.
- A idéia de uma "burguesia agrária" como fração distinta e (muitas vezes) com interesses opostos a uma "burguesia nacional" perde qualquer sentido relevante. A integração de capitais que emergiu da consolidação dos CAIs levou a uma verdadeira "territorialização da burguesia" industrial e financeira. Ou seja, os grandes capitais passaram a ter também uma face agrária à medida que o mercado de terras tornou-se uma aplicação alternativa para sua valorização.
- O Estado não tem mais como impor uma regulação geral a esses distintos segmentos produtivos do campo somente através de políticas macroeconômicas (por exemplo, a cambial e a monetária), e por isso necessita cada vez mais de políticas específicas para cada complexo agroindustrial (do tipo política de controle de preços de insumos, matérias-primas ou produtos finais, cotas de exportação, etc.).

Essas mudanças se refletem na própria composição do Estado, que passa a ser literalmente apropriado não apenas pela burguesia enquanto classe proprietária dos meios de produção, mas por grupos de interesses específicos deste ou daquele ramo de atividades,

forçando uma "balcanização" (ou feudalização) do próprio aparelho governamental. O resultado é uma crescente instabilidade - em alguns ramos até mesmo contradição - das políticas públicas em função dessa captura de segmentos específicos do aparelho de Estado por um ou outro grupo oligopólico que demanda condições particulares que facilitem sua reprodução. O desafio - cada vez maior - será encontrar políticas específicas que permitam exercer um poder regulador nos vários CAIs em um contexto de crise do próprio Estado capitalista moderno.

Para começar a compor o nosso cenário esperado para o "futuro próximo" - nossa referência objetiva é o ano 2000 - é preciso tecer algumas rápidas considerações sobre o possível impacto da consolidação dos CAIs. Nosso método será o de resgatar as principais tendências apresentadas pela evolução recente da nossa agricultura no que diz respeito às relações sociais de produção, para em seguida destacar algumas mudanças verificadas na(s) última(s) década(s).

Convém explicitar que não estamos considerando na composição desse cenário os impactos de uma reforma agrária ampla e de massa que transforme a estrutura produtiva do país. Na nossa opinião, essa proposta foi politicamente derrotada em 1985 e a atual Constituição sacramentou o seu "espaço possível" nos anos 90: uma solução tópica de conflitos e um instrumento de controle de pressões pela terra em situações específicas. A possibilidade de a reforma agrária vir a ser uma demanda de segmentos urbanos interessados em conter o êxodo rural encontrará sempre um obstáculo político (hoje intransponível, a nosso ver) na defesa intransigente da propriedade privada da terra por uma forte "burguesia territorializada" em todo o país. E o êxodo rural tende a se reduzir em níveis absolutos nas próximas décadas, assim como o seu impacto relativo nas cidades, dado o grande alargamento da base urbana da nossa população nos anos 70 e 80. Não é demais assinalar todavia que, como a reforma agrária é uma questão eminentemente política, o seu alcance depende, em última instância, da correlação de forças existente em cada momento na sociedade brasileira.

Os impactos esperados sobre a estrutura produtiva e as relações sociais

Em relação à *estrutura produtiva*, a variável-chave diz respeito à possível evolução da concentração e centralização de capitais, em função da esperada consolidação dos CAIs nos anos 90. As estimativas hoje disponíveis, embora precárias - porque referem-se a da-

(2) GRAZIANO DA SILVA, J. Complexos agroindustriais e outros complexos. Reforma Agrária. Campinas, nov./dez. 1991.

dos agregados para todo o país de um suposto "CAI genérico" - e bastante defasadas - porque baseadas nos dados censitários de 1975, 1980 e 1985 - indicam que menos de 10% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros estariam integrados a essa moderna maneira de produzir (3). A característica fundamental da chamada "modernização conservadora" da agropecuária em nosso país é, portanto, o seu caráter excludente, quer se considere o tamanho dos produtores, quer se considere a região do país: eles são principalmente os médios e grandes, embora também haja pequenos produtores em culturas específicas, e estão localizados predominantemente nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul (4). Nas regiões Nordeste e Norte, bem como em áreas importantes do Sudeste (nordeste de Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro), a predominância é de pequenos produtores não-integrados aos CAIs (5).

Nada indica que essa tendência da concentração produtiva nos CAIs venha a se alterar. Pelo contrário, os indicadores mais recentes apontam no sentido de uma centralização ainda maior da produção, seja pelo crescimento da escala mínima viável em vários ramos da atividade agropecuária, seja em função dos desenvolvimentos tecnológicos esperados principalmente nos sistemas de colheita, carregamento e transporte.

Há todavia uma outra importante tendência de transformação dos CAIs, que é a crescente integração com os segmentos modernos do setor serviços (empresas locadoras de equipamentos e prestadoras de assistência técnica, serviços de informática e telecomunicações, etc.) e com a indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos, constituindo-se assim "soldagens específicas para trás", dando origem aos "CAIs completos" (6). Estariam pois nesse grupo, num futuro próximo, as atividades hoje classificadas como "CAIs incompletos" (por terem ligações específicas apenas à frente, com as agroindústrias processadoras), caso das

fibras naturais (algodão, por exemplo), das frutas (laranja para suco) parte dos grãos (arroz comum) das oleaginosas (amendoim) e dos legumes (tomate, ervilha e outros produtos usados em conservas). O mesmo, entretanto, não se pode dizer das "atividades modernizadas", aquelas que dependem do fornecimento de máquinas e insumos extra-setoriais, sem, no entanto, estabelecerem soldagens específicas nem para frente, nem para trás, ou seja, sem se constituírem em complexos agroindustriais propriamente ditos.

As *tendências nas relações sociais* podem não parecer, à primeira vista, tão claras como as apontadas para as estruturas produtivas. Isso se deve basicamente a outra especificidade do processo de modernização da agricultura, que além de desigual, como já foi destacado, é também relativamente lento se comparado ao desenvolvimento industrial. Ou seja, ele repõe (ou redefine, se se preferir) formas aparentemente já superadas da produção ao longo do próprio desenvolvimento capitalista. Mas as tendências anteriormente assinaladas quanto à consolidação dos CAIs - ou seja, maior concentração da produção e centralização dos capitais conjugados à maior integração para trás com a indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos e com segmentos modernos do setor serviços - respondem também por um processo crescente de subordinação do trabalho ao capital. Por isso, se de um lado deve-se assinalar um inegável processo de proletarianização, de outro pode-se apontar também, dentro do espectro de diferenciação do campesinato, a recriação de produtores familiares que se tecnificam crescentemente, sem todavia conseguirem escapar da sina de continuarem a ser pequenos produtores.

Essas tendências gerais deverão não apenas continuar, mas também se acentuar até o final do século. Quanto ao processo de proletarianização, espera-se primeiro a continuidade dessa purificação das relações de trabalho assalariadas (7) através da expropria-

(3) Dados do Censo de 1985 mostram que essa característica basicamente não se alterou: a proporção de estabelecimentos que possuíam trator, por exemplo, continuou estagnada no nível dos 7%, e outros indicadores de modernização mostram um crescimento muito menor, ou seja, um arrefecimento nos anos 80, em função da crise econômica, em especial a retração do crédito rural - a principal alavanca da modernização do setor agropecuário nos anos 70.

(4) Não se deve deduzir desse caráter excludente nenhuma idéia de atraso: esses 10% ou menos de estabelecimentos respondiam por um terço da produção agropecuária do país já em 1975, quando a constituição dos CAIs era ainda incipiente. Os dados de 1980 mostram que essa proporção subiu para pelo menos 50% (MÜLLER, G. A economia política do CAI. *Anais do XXIV Congresso da Sober*, Lavras, 1986.). Apenas uns poucos gêneros - cada qual por uma razão específica -, que todavia já não têm importância fundamental na cesta básica de consumo dos trabalhadores brasileiros, continuam sendo produzidos de forma artesanal. Ver: GRAZIANO DA SILVA, J. Mas, qual reforma agrária? *Revista da ABRA*. Campinas, 17(1), 1987.

(5) Evidentemente, há exceções, que não são poucas: as áreas irrigadas do sertão nordestino - como o vale do São Francisco -, a zona canavieira de Campos e Rio de Janeiro, os cinturões verdes próximos às grandes cidades, etc.

(6) Os CAIs completos são aqueles que têm ligações específicas com a agroin-

dústria tanto "à frente" (agroindústria processadora) como "para trás" (indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos). É o caso da avicultura, do complexo sucro-alcooleiro, das carnes, da soja e do trigo, do milho híbrido, do arroz irrigado. Os elementos tecnológicos que respondem por essa provável maior integração entre atividades agropecuárias e indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos são: o desenvolvimento da irrigação em todo o país (e não apenas no Nordeste, como em geral se pensa), o novo impulso à mecanização da colheita (inclusive das culturas tropicais), com a revolução provocada pela eletrônica e informática, e as possibilidades abertas pelo desenvolvimento da biotecnologia e pela crescente integração com o complexo químico das indústrias de sementes, vacinas, alimentação de animais, etc.

(7) A purificação das relações de trabalho, na medida em que elimina os pagamentos não-monetários da força de trabalho - moradia, lancha, acesso a horta para produção doméstica -, libera o trabalhador dos vínculos com a terra como forma de garantir, ao menos parcialmente, a sua subsistência. Mas também reduz seu tempo de ocupação nas atividades agrícolas. O tempo em que ele se dedica às atividades que complementavam sua subsistência transforma-se em tempo ocioso-trabalho - em desemprego ou subemprego, do ponto de vista do trabalhador assalariado. Como o espaço agrário é um espaço privado, só lhe resta o refúgio nas periferias das cidades, como bóia-fria.

ção dos trabalhadores que ainda mantêm vínculo produtivo com a terra; e, segundo, um crescimento relativo do contingente de assalariados permanentes em relação aos temporários (contrariamente ao verificado nos anos 60), em razão da crescente demanda de treinamento e qualificação pelos segmentos mais modernos do campo em relação a seus operários; do crescimento das atividades administrativas e de prestação de serviços por parte de profissionais liberais; e da redução da sazonalidade do trabalho naquelas atividades que logram maiores índices de mecanização na colheita.

Já dentro do espectro de diferenciação do campesinato desenha-se uma polarização crescente: de um lado, perda gradativa do papel produtivo dos segmentos mais pobres de pequenos produtores, de modo a converter a terra que possuem um mero local de moradia ou, quando muito, de produção para autoconsumo da família; de outro, tecnificação crescente dos produtores familiares integrados aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio imobilizado cada vez maior a menores níveis de autonomia na organização de seu próprio processo produtivo.

É fundamental assinalar nessa rápida avaliação prospectiva das relações sociais no campo para o final do século as tendências no interior do segmento dos empresários rurais. Elas se manifestam tanto na já mencionada elevação da escala mínima do capital necessário a permanecer em determinadas atividades, especialmente naqueles segmentos ligados aos CAIs completos, quanto na crescente integração intersetorial que envolve particularmente os grandes capitais aplicados nos distintos ramos que compõem os CAIs. Em resumo, há tendência crescente à concentração de capitais dentro dos ramos de atividades agropecuárias em seu sentido estrito e à centralização intersetorial dos grandes capitais oligopólicos.

Finalmente, algo precisa ser dito sobre o crescimento populacional, e em particular sobre a distribuição territorial da população e o corte urbano/rural.

Em relação ao crescimento populacional, os estudos recentes são unânimes em apontar uma forte queda na taxa de fecundidade entre 1960 e 1985, projetando para o ano 2000 uma população total em torno de 170 milhões e rural da ordem de 35 milhões de pessoas, número muito semelhante ao que temos hoje, com uma taxa de crescimento entre 1,3% e 1,6% a.a.(8). Assim, ao contrário dos afoitos malthusianos de plantão, a preocupação dos nossos demógrafos, na opinião de Martine e Carvalho, é com essa "queda tão generalizada (foi até maior nos estratos de renda mais baixos) em tão pouco tempo, que é surpreendente se comparada à experiência de países desenvolvidos, particularmente tendo em vista a extensão territorial, o tamanho da população, a heterogeneidade de regiões e setores sociais e a ausência de uma política demográfica oficial (...). Os dados existentes permitem afirmar, com segurança, que o declínio da fecundidade no Brasil não está ligado a um fenômeno conjuntural; trata-se de um processo irreversível, coerente com uma verdadeira transição demográfica" (9).

O resultado dessa *transição demográfica*, segundo os autores citados, é que devemos esperar para o século XXI uma estrutura populacional bem distinta da atual, pelo estreitamento de sua larga base (10). Ou seja, se de um lado poderemos ter um pequeno alívio relativo sobre problemas hoje considerados explosivos relacionados à infância e à população em idade escolar (menores carentes, creches, saúde, etc.), de outro devemos esperar maior pressão sobre o ingresso no mercado de trabalho, bem como um crescimento da proporção de inativos em relação à População Economicamente Ativa (PEA). Note-se que esses últimos problemas já são hoje tão ou mais graves que os primeiros, especialmente porque os elevados níveis de desemprego e subemprego, aliados aos baixos níveis de remuneração do país, podem ser arrolados como causa principal de quase todas as demais questões, inclusive da atual falência do sistema previdenciário, que já não consegue sequer pagar um salário condigno aos aposentados pelo sistema constitucional anterior.

Martine e Carvalho (11) assinalam também a continuidade de dois processos aparentemente contraditórios: a multiplicação de cidades e a concentração da população total e urbana em algumas poucas metrópoles. Os autores estimam o grau de urbanização da população brasileira para o ano 2000 em 80% e apontam para uma redução absoluta e relativa do fluxo migratório rural-urbano na atual década e na próxima em comparação com o verificado nos anos 60 e 70, quando quase 30 milhões de pessoas - basicamente os ex-

(8) MARTINE, G. et alii. *A Urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas brasileiras*. PNUD-OIT-TPFA, 1987.

(9) MARTINE, G. e CARVALHO, J. A. M. *Cenários Demográficos para o Século XXI e Algumas Indicações Sociais*. Campinas, Seminário "Brasil Século XXI", Unicamp, 1988, mimeo.

(10) Em resumo: a população com menos de 5 anos, em termos absolutos, deverá manter-se ou mesmo regredir até o ano 2000; a população entre 5 e 15 anos deverá crescer a taxas muito pequenas, inferiores a 0,5% a.a., o que significará uma redução de mais de 80% no ritmo de crescimento histórico da população em idade escolar até 1970; a população entre 15 e 64 anos, que configura basicamente a PEA, deverá todavia crescer a uma taxa anual relativamente elevada até o ano 2010, em torno de 2,1% a.a., mas com tendência declinante; por fim, a população da "Terceira Idade" (acima de 65 anos) aumentará a taxas acima de 3% a.a., elevando significativamente o número de idosos na população total.

(11) MARTINE, G. e CARVALHO, J. A. M. Op. cit.

cluídos pela modernização conservadora - foram expulsas do campo. A principal razão estrutural, todavia, deve-se à redução absoluta do estoque de população rural, ao lado de razões conjunturais, como a crise atual que estaria reduzindo o ritmo da modernização das atividades agropecuárias. Os autores são também céticos quanto às possibilidades de uma redistribuição significativa da população nas próximas décadas que pudesse contrabalançar essa tendência crescente de metropolização.

Em resumo, com a industrialização da agricultura - especialmente na fase da consolidação dos CAIs que se delinea a partir de meados dos anos 70 - impõe-se uma crescente urbanização da população rural. Dois processos são aí fundamentais: de um lado, a já mencionada "perda de atividades do setor agrícola" que caracteriza a ruptura do velho complexo rural: as cidades absorvem gradativamente atividades que antes se encontravam dissolvidas no interior das fazendas, além de criar novos ramos de atividades. De outro, o que poderíamos chamar de "urbanização do trabalho rural", que se traduz nas também já mencionadas transformações nas relações sociais de produção - particularmente a purificação das relações de trabalho, o crescimento relativo dos contingentes de assalariados permanentes (12) associados a maiores níveis de qualificação da força de trabalho e a tecnificação crescente dos produtores familiares ligados aos CAIs - e que têm se mostrado compatíveis com uma dissociação crescente entre o local de residência do trabalhador e o seu local de trabalho. As estatísticas hoje disponíveis indicam que mais de um terço da PEA envolvida nas atividades agropecuárias já tinha domicílio urbano em 1980 em estados como São Paulo.

Como já dissemos, a tendência é de aceleração dessa urbanização do mundo rural até o final do século. Vários outros fatores, além da já citada urbanização do local de moradia da PEA agrícola, contribuem para isso, alguns ligados às próprias expectativas dos trabalhadores rurais. Primeiro, a cidade é hoje a única esperança de acesso a benefícios sociais como saneamento, água encanada, luz elétrica, hospital e escolas, de que o meio rural não dispõe. O fracasso da tentativa de levar alguns desses benefícios ao campo - como os custosos

e ineficientes programas de eletrificação rural, ensino agrícola, entre outros - indica que somente a cidade continuará a oferecer esses benefícios até o final do século.

Segundo, o crescimento das funções técnicas e administrativas nas empresas rurais e agroindustriais cria a demanda de empregos preenchidos tipicamente por profissionais de origem e vivência urbanas. Essas "atividades de escritório" - em contraposição às atividades de campo propriamente ditas - são cada vez mais vitais ao desempenho econômico-financeiro das empresas modernas e têm que ser exercidas no contexto urbano, pois aí é que se encontram os comerciantes (de produtos e insumos), os bancos, os agentes governamentais, etc. Assim, o trabalho rural também se urbaniza e reflete a crescente importância das atividades exercidas "além da porteira" das fazendas.

E, terceiro, a crescente tecnificação dos produtores familiares, que se constituem hoje nas pequenas empresas do campo. Essa tecnificação liberou a mulher e os filhos menores das lides diárias, tornando assim possível a sua urbanização, ou seja, esse pequeno produtor saiu do campo em busca de escola para os filhos e dos "confortos" da cidade. Aí a família diversificou a origem de sua renda, seja através do trabalho assalariado dos filhos, seja através das rendas de aluguéis e cadernetas de poupança, únicas alternativas ao seu alcance. Assim, do ponto de vista da família - especialmente da família ampliada -, as atividades agrícolas vão se convertendo gradativamente em atividades *part-time*, ainda que fundamentais para sua reprodução.

Ao lado desse segmento de empresas familiares bastante tecnificadas, que tende a ser mais estável e a "imobilizar-se" através dos contratos de integração em distintos ramos de atividades, observa-se também uma contínua recriação/destruição de pequenos produtores não-integrados em todos os cantos do país. Muitos tendem a relacionar esse processo com um pretensão "ciclo de vida chayanoviano" ou um "desequilíbrio no mercado de trabalho" à la Kautsky. Nada mais falso: essa aparente estabilidade da pequena produção é na verdade a face aparente de uma constante recriação/destruição de inúmeros pequenos produtores.

Não é difícil explicar o aparente paradoxo. De um lado, inúmeros ramos das atividades agropecuárias têm ainda hoje barreiras mínimas à entrada; algumas delas são na verdade as únicas alternativas possíveis para alguém se estabelecer "autonomamente" - como nas pequenas cidades do Interior onde o comércio ambulante não prospera. De outro lado, também em inúmeros ramos que são ainda chamados de agropecuários -

(12) A tendência de aumento dos assalariados permanentes não deverá reverter a crescente urbanização da PEA. Os próprios empresários rurais se interessam hoje em urbanizar seus trabalhadores, evitando os custos (elevados) de mantê-los nas suas propriedades e transferindo este ônus ao poder público. É significativo o fenômeno das vilas operárias que muitas prefeituras do Interior vêm construindo em terrenos doados por empresários rurais em zonas suburbanas; além de valorizar suas próprias terras vizinhas, o proprietário mantém cativo um viveiro de mão-de-obra semelhante às vilas operárias do início do século, sem os ônus econômico e social (e também político, nos dias de hoje) de mantê-los em suas próprias terras.

como aqueles ligados aos CAIs - a elevação da escala mínima para permanecer na atividade obriga o pequeno produtor a uma tecnificação contínua, como se fosse uma corrida numa esteira rolante: por mais que corra, continua sempre no mesmo lugar.

Em nossa opinião, as forças que controlam essa corrida - ou seja, a adoção das inovações tecnológicas - tenderão a acelerar sua transformação nos próximos anos. Com isso, eliminarão até mesmo parte significativa desses produtores hoje ditos tecnificados, marginalizando-os dos CAIs. O movimento compensatório de crescimento dos CAIs em outras atividades e outras regiões do país nada mais significará do que um retardo nessa tendência.

O final do século mostraria assim a nossa agropecuária - que não será mais apenas rural, dada a urbanização de inúmeros ramos de atividades e do próprio trabalho no campo - segmentada não mais em grandes ou pequenos produtores, mas em produtores integrados ou não-integrados aos CAIs. Os primeiros, se forem grandes capitais, estarão verticalmente relacionados às atividades agroindustriais; se forem pequenos, buscarão formas sociais e políticas de aliviar essa luta frenética pela sobrevivência, essa corrida sem fim, através de organizações cooperativas sindicais onde procurarão melhorar o seu poder de barganha frente àqueles grandes capitais verticalmente integrados (13).

Já os produtores não-integrados - possuam eles grandes ou pequenas extensões de terras - estarão condenados a atividades produtivas marginais, em particular do ponto de vista da reprodução da classe trabalhadora. Uma minoria poderá até mesmo estar envolvida em atividades altamente lucrativas, como aquelas direcionadas a segmentos sociais diferenciados com altas rendas (produção de alimentos frescos sem uso de defensivos, flores, etc.). Mas a sua grande maioria - em particular os pequenos localizados nas regiões Norte e Nordeste - estará condenada à produção para autoconsumo, ou quando muito para fornecimento direto às populações locais com um nível

tecnológico rudimentar (14). É preciso assinalar que o nível de vida - e em particular o nível de renda - desses segmentos de pequenos e médios produtores não integrados aos CAIs dependerá muito das políticas agrícolas que serão implementadas no país.

O agravamento da questão social rural nos anos 80

A agropecuária brasileira vem ensaiando nas últimas décadas um novo padrão de crescimento baseado em atividades intensivas (com aumento dos rendimentos físicos) e na diversificação da sua pauta de exportações. Muito se tem falado e escrito sobre o "notável" desempenho do ponto de vista produtivo da nossa agropecuária nessas décadas passadas, especialmente na crise dos anos 80. Mas pouco se fala sobre o resultado social desse modelo de crescimento agroindustrial excludente, que aumentou ainda mais a concentração da renda e a proporção de pobres no campo. E quase nada se tem escrito sobre o que fazer com os excluídos, os "barrados no baile", os "descamisados", ou os pobres do campo ou qualquer outro nome que se dê a essa população marginalizada do ponto de vista das necessidades internas de acumulação do sistema. Procuraremos mostrar a seguir os contornos gerais dessa "outra cara" do processo de modernização conservadora da nossa agropecuária.

As análises propiciadas pelas PNADs a respeito da população ocupada na agricultura brasileira nos anos 80 constatarem mudanças significativas em relação aos anos 70. Sumariamente, destacam-se a seguir os resultados referentes às migrações e ao emprego urbano e rural, pela importância que têm sobre a renda e a pobreza rural.

Migrações

Nos anos 70 ocorreram grandes migrações inter-regionais, especialmente da zona rural de pequenas e médias cidades e do Nordeste para as metrópoles de São Paulo, Rio Janeiro e Belo Horizonte.

Os anos 80 mostram, ao contrário, forte redução nas migrações inter-regionais e crescimento das migrações intra-regionais - ou seja, dentro das regiões. A origem continuou sendo predominantemente rural, mas o destino passou a ser tanto as grandes metrópoles regionais como as pequenas e médias cidades do Interior. Em outras palavras, a população rural migrante tende a ser absorvida dentro das suas próprias regiões de origem, talvez à espera da tão prometida "retomada do crescimento econômico" do Centro-Sul.

(13) É muito interessante a preocupação de grandes empresas que se baseiam em contratos de integração com a viabilização da pequena propriedade, garantindo não apenas a quantidade e a qualidade da matéria-prima de que necessitam, como também a estabilidade do sistema a longo prazo. São ilustrativos a esse respeito o "Projeto 21" da Sadia, que procura orientar os produtores de suínos sobre a diversificação de atividades, e o modelo de pequena propriedade rural proposto pela Souza Cruz, ambos tendo como horizonte o ano 2000. Ver: *Conjuntura Agrícola*. Curitiba, Deser, nº 29, 16 nov. 1992.

(14) Martine e Carvalho (op. cit.) parecem compartilhar desse ponto de vista ao assinalarem a possibilidade de "... continuar aberto um certo espaço para o pequeno produtor, mas este tenderá a ser de subsistência e dentro do molde caboclo de aproveitamento da terra. Essa forma de absorção não prenuncia a absorção de grandes contingentes populacionais" (p. 24). Embora a referência seja explícita à região amazônica, creio que os autores endossariam o mesmo para o Nordeste.

Os anos 70 foram marcados também por forte êxodo rural, fruto da aceleração da modernização conservadora. Nos anos 80, o êxodo rural continuou intenso, mas com magnitude menor, tanto pelo “esvaziamento dos campos” ocorrido em algumas regiões já na segunda metade dos anos 70 (caso do Paraná), como pela redução do ritmo de modernização da nossa agropecuária (15).

O saldo dos anos 80 mostra, entretanto, que a agricultura continuou reduzindo a sua participação no emprego, especialmente nas regiões Sudeste e Nordeste, onde a fronteira agrícola já se havia consolidado. Assim é que a participação da população brasileira ocupada na agricultura caiu de 30% para 23% entre 1981 e 1989, segundo dados da PNAD, enquanto na região Nordeste essa proporção caiu de 48% para 40%, no mesmo período. É fundamental observar que no caso do Nordeste os dados que incluem, entre a população ocupada por atividades agrícolas, o contingente empregado nas frentes de trabalho existentes até 1983 (16) mostram que essa queda ocorreu na segunda metade da década, corroborando o caráter excepcional do crescimento dos pequenos estabelecimentos agropecuários detectados na região no período 1980-85 pelos censos agropecuários. Ou seja, o desempenho do Nordeste em termos de ocupação da população foi melhor (ou menos pior) do que o do país como um todo, e a agricultura regional teve papel de destaque nessa performance.

Em resumo, na década de 80 houve maior retenção (tanto em relação ao resto do país, como em relação à década anterior) da população rural nordestina na própria região.

Emprego urbano

No tocante aos ramos urbanos que expandiram suas atividades em termos de pessoas ocupadas as diferenças também são marcantes. Os anos 70 deixaram um saldo positivo de 13,2 milhões de novos postos de trabalho, metade dos quais nas indústrias de transfor-

mação (+ 4 milhões) e na construção civil (+ 1,5 milhão). O perfil desses novos empregos exigia mão-de-obra pouco qualificada e trabalhos repetitivos para a grande indústria de base fordista, o que também implicou um crescimento relativo das relações formalizadas de vínculo empregatício.

Os anos 80 deixaram um saldo também positivo de 12,7 milhões de novos postos de trabalho, sendo que 20% apenas na indústria de transformação (+ 2,4 milhões) e na construção (+ 0,4 milhão). Entre as atividades em que mais aumentou o nível de ocupação estão o “comércio de mercadorias”, “serviços de alojamento e alimentação” e “serviços públicos e sociais”. O perfil desses novos empregos, embora muito mais diferenciado, mostra claramente as exigências de uma flexibilidade não existente nas indústrias de base fordista e um grande crescimento das relações informais de trabalho na década de 80. Em resumo, as oportunidades de trabalho criadas nos setores urbanos nos anos 80 não favoreceram os novos migrantes, especialmente aqueles de origem rural.

As perspectivas dos anos 90 são ainda mais sombrias em função da esperada informatização de muitos ramos de serviços que se expandiram na década anterior e da pressão crescente para entrada na força de trabalho de jovens nascidos nos anos 70, uma década ainda de elevadas taxas de natalidade.

Emprego rural

Em termos de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias, os dados do Censo Agropecuário de 1985 também registram tendências opostas às dos anos 70: crescimento relativo da mão-de-obra familiar, da parceria e do número de assalariados permanentes (17). As razões principais para isso estão no arrefecimento do ritmo de modernização ocorrido na primeira metade dos anos 80 em função da contenção do crédito rural, na redução geral do desempenho da produção nos anos de crise (1981-89), na menor incorporação de novas áreas na fronteira agrícola e no processo de “minifundização” dos estabelecimentos com menos de 10ha, em particular na região Nordeste.

Os dados disponíveis sobre emprego rural para a segunda metade dos anos 80 são ainda mais precários. De acordo com as PNADs - a única fonte disponível com dados agregados na década de 80 para o Brasil (exceto região Norte) -, o número de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias oscilou entre 13,1 milhões em 1981 a 13,9 em 1990, tendo atingido o seu pico em 1985, com 15,2 milhões. Grosso modo, podemos afirmar que a expansão das pessoas ocupadas na primeira

(15) As duas razões fundamentais para isso foram a crise de 1981-83 e o caráter excludente da modernização conservadora, que se acentuou nos anos 80. Ver: GRAZIANO DA SILVA, J. Condicionantes para um novo modelo agrário e agrícola. In: *Crise Brasileira: Anos 80 e Governo Collor*. São Paulo, CUT/Desep, 1993, pp. 177-218.

(16) BALTAR et alii. *O Comportamento da Estrutura Ocupacional Brasileira nos Anos 80*. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp (relatório de pesquisa do convênio Fundação SEADE/Fecamp), junho, 1992, mimeo.

(17) KAGEYAMA, A. *O Emprego Agrícola em 1985*. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, 1991, mimeo.

É preciso alertar que o Censo Agropecuário considera as pessoas ocupadas em atividades nos estabelecimentos agropecuários sem qualquer restrição de tempo e/ou idade, o que tende a superestimar o peso da mão-de-obra secundária constituída por mulheres e crianças. Já a PNAD considera apenas as pessoas de 10 anos ou mais que exercem habitualmente aquela atividade.

metade da década se devem à maior retenção da mão-de-obra familiar em função da redução das oportunidades de emprego nos setores urbanos. Já na segunda metade dos anos 80 aumentou relativamente o emprego de trabalhadores assalariados (simultaneamente reduziu-se a ocupação da mão-de-obra familiar) em função da retomada da expansão da produção capitalista, que resultou em safras recordes nos anos finais da década.

Uma avaliação cuidadosa da evolução das pessoas ocupadas (segundo as PNADs) na agricultura brasileira mostra que grande parte do "crescimento" apresentado na primeira metade da década de 80 se deveu na verdade à não-contabilização das pessoas ocupadas nas frentes de trabalho em 1981 (18). Já no período 1985-89 (19) houve forte queda do emprego na agricultura em todo o país: das 15,2 milhões de pessoas ocupadas em 1985, apenas 13,9 milhões foram registradas em 1989. Isso representa uma redução de quase 1,4 milhão de pessoas ocupadas na agricultura em apenas cinco anos, cerca de 10% do estoque total, ou seja, uma taxa geométrica de - 2,3% a.a.

Os trabalhadores familiares (não-remunerados e por conta própria), assim como os assalariados, também diminuíram no período 1985-89. E a redução, se não foi tão drástica como no caso dos trabalhadores volantes, foi também generalizada, atingindo praticamente todas as regiões do país. Todavia, essa redução não foi suficiente para ofuscar o peso relativo do trabalho familiar na composição da mão-de-obra ocupada na agricultura brasileira. Os trabalhadores não-remunerados representavam, em 1989, 27% das pessoas ocupadas, e os por conta própria, 31,1%. Juntos, os trabalhadores familiares somavam 58,2%, representando, indiscutivelmente, a maior categoria ocupacional no campo, segundo a PNAD. Os empregados permanentes vêm a seguir em ordem de importância, representando isoladamente 26,9% das pessoas ocupadas em 1989. Somados aos trabalhadores volantes, que sozinhos representavam apenas 10,5%, os trabalhadores assalariados perfaziam 37,4%, ou seja, mais de um terço das pessoas ocupadas na agricultura brasileira.

(18) Segundo Baltar et alii (op. cit.), os ocupados nas frentes de trabalho entre 1981 e 1983 foram computados nas PNADs no segmento das atividades da construção civil, sugerindo um "inchamento" dessas atividades e um falso "esvaziamento" das ocupações agrícolas no Nordeste.

(19) Os dados apresentados a seguir fazem parte de: KAGEYAMA, A. et alii. *Os Impactos da Nova Previdência Social sobre a Economia Rural*. Campinas, Relatório de pesquisa do convênio MTb/Fecamp, 1993, mimeo.

(20) Os valores são: 8,4% para áreas urbanas e 2,1% para as rurais, segundo dados da PNAD de 1987. Ver: "Jóvenes, principales afectados por el desempleo en la región". *Prealc Informa*. Santiago de Chile, oct., 1992.

(21) KLEIN, E. *El Empleo Rural na Agricultura en América Latina*. Santiago de Chile, Prealc (documento de trabajo n° 364), 1992, mimeo.

O fato é ainda mais preocupante ao constatarmos que o decréscimo das pessoas ocupadas na agricultura na segunda metade dos anos 80 ocorreu em todas as regiões analisadas, inclusive nas áreas de expansão recente da fronteira agrícola, com taxas mais elevadas de redução tanto nos estados de agricultura mais moderna do Sul e Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) como naqueles onde o estoque absoluto da população agrícola é maior, caso da Bahia e Minas Gerais.

À semelhança dos países desenvolvidos, grande parte da migração rural-urbana é constituída de jovens que querem ingressar na força de trabalho e não encontram oportunidade nos campos. Um indicador interessante nesse sentido é apresentado pelo Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe - Prealc, ao assinalar que a maior brecha entre a desocupação juvenil em zonas urbanas e rurais de toda a América Latina ocorre no Brasil: a taxa de desemprego entre os menores de 24 anos da PEA que se encontram nas cidades é quatro vezes maior que a verificada nas zonas rurais (20). Ou seja, os jovens da zona rural hoje deixam de ser desempregados nos campos para serem desempregados urbanos.

Vale a pena ressaltar ainda uma mudança fundamental na dinâmica da PEA rural segundo os seus ramos de atividade. Embora muitos ainda acreditem que quem mora na zona rural está necessariamente ocupado em atividades agropecuárias, isso há muito deixou de ser verdade. Segundo os dados do Censo Demográfico de 1980, quase 20% da PEA rural está ocupada em atividades não-agrícolas, assim distribuídas: atividades industriais (7,9% da PEA rural), comércio (3,4%) e serviços (6,3%). Nos anos 70, enquanto a PEA rural ocupada nas atividades agropecuárias decresceu à taxa de 1% a.a., a ocupada em atividades não-agrícolas cresceu à taxa de 5,2% a.a. Embora não se disponha de dados para os anos 80 (o Censo Demográfico de 1991 ainda não está disponível), esse crescimento do emprego rural não-agrícola deve ter sido ainda maior, a julgar pelos dados disponíveis em outros países latino-americanos (21).

Renda e pobreza rural

Em termos de distribuição de renda no campo, também as décadas anteriores mostraram um desempenho bastante distinto. Nos anos 70 cresceu a desigualdade, mas diminuiu a pobreza no campo, ou seja, os ricos ficaram mais ricos mas os pobres ficaram menos pobres. Isso porque cresceu a renda média dos estratos inferiores da distribuição, apesar de a renda

ter crescido ainda mais nos estratos superiores (usineiros, grandes proprietários rurais, etc). As explicações para esse comportamento passam fundamentalmente pelo fato de que o campo expulsou seus pobres para as cidades, onde foram ser favelados, biscateiros, bóias-frias, etc.

Os anos 80 mostraram um quadro muito mais perverso: continuou a crescer a desigualdade na distribuição da renda, como agravante de que os pobres se tornaram ainda mais pobres. Se tomarmos o indicador de insuficiência de renda (22), resulta que os pobres do campo necessitavam de um aumento de 45% na renda que percebiam em 1981 para deixarem de ser considerados pobres; em 1990, esse aumento tinha que ser de 78% (23). Um recente estudo sobre a pobreza rural em 114 países em desenvolvimento feito pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) (24) coloca o Brasil em 6º lugar entre os países cuja população rural tem renda inferior à linha de

pobreza (73%), abaixo apenas da Bolívia (97%), Malawi (90%), Bangladesh (86%), Zâmbia (80%) e Peru (75%). E o que é pior: enquanto a grande maioria dos países analisados mostrou tendência à redução da pobreza rural (25), no Brasil a população pobre vem aumentando, tendo pulado de 65% em 1965 para 73% em 1988.

Há poucas evidências empíricas sobre quem são esses pobres do campo nos anos 90 (26). Mas não nos afastamos da realidade ao afirmar que na sua grande maioria são trabalhadores temporários sem vínculo empregatício (27) e pequenos produtores - em particular os que têm acesso precário à terra, como parceiros e arrendatários, e que se concentram na região Nordeste (28).

Um outro estudo recente, da FAO, mostra que as políticas do governo brasileiro de combate à pobreza rural - tanto a política estrutural como as políticas compensatórias - ficaram muito aquém dos propósitos e metas estabelecidas (29). Segundo a FAO, "estes programas refletem a crise dos modelos de administração nascidos basicamente da integração de financiamento nacional e estrangeiro, para enfrentar com instrumentos estritamente compensatórios a pobreza no meio rural. Tais modelos são insuficientes, uma vez que a pobreza é gerada por uma distribuição fortemente desigual dos fatores de produção, aguçada historicamente por uma combinação de políticas macroeconômicas e agrícolas que reforçaram a natureza excludente do modelo de desenvolvimento. A crise e o ajuste macroeconômico condicionaram o desempenho dos programas de combate à pobreza, mas não parecem ter sido estes os principais fatores que explicam seus limitados resultados. Haveria que acrescentar também a escassa prioridade real que se outorgou ao problema..." (30). Em outras palavras, falta vontade política de fato para combater a miséria no país. Até quando?

(22) Trata-se da porcentagem da renda total que se necessita para atingir a linha de pobreza, definida como um salário mínimo de agosto de 1980.

(23) GRAZIANO DA SILVA, J. (1993). Op. cit.

(24) Este estudo, denominado "O estado da pobreza rural no mundo", foi tema da matéria: POBREZA rural atinge 1 bilhão de pessoas. Estado de S. Paulo. São Paulo, 11/01/92, p. 7.

(25) Na Índia, o contingente de pobres diminuiu de 53% em 1965 para 42% em 1988; Indonésia, 47% para 27%; Coreia do Norte, 36% para 11%; Malásia, 59% para 22%; Paquistão, 43% para 29%; e até mesmo o pequeno Lesoto, de 91% para 55%.

(26) HOFFMANN, R. Distribuição de renda na agricultura. In: CAMARGO, J. M. e GIAMBAGI, F. (orgs.). Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, pp. 145-163.

(27) Suplemento especial da PNAD de 1990 mostrou que 27,7% dos trabalhadores "informais" - ou seja, sem vínculo empregatício definido - estavam ocupados no setor primário da economia. Essa proporção era maior no Nordeste, que apresentou ainda a mais baixa remuneração média dentre as grandes regiões do país: um salário mínimo. GAZETA MERCANTIL. São Paulo, 13/11/92, p. 6.

(28) Pesquisa recente do IBGE acrescenta mais um elemento dramático a esse contingente de pobres: dos 60 milhões de crianças e adolescentes em 1990, 32 milhões viviam em famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo (considerada o limite de extrema pobreza). Desses, 7,5 milhões trabalhavam, sendo que quase 40% tinham entre 10 e 14 anos de idade, e pouco menos da metade (47,6%) eram trabalhadores não-remunerados na área rural com jornada de trabalho de oito ou mais horas diárias; e essas crianças, que recebiam no máximo um salário mínimo, respondiam por parte muito significativa da renda monetária das famílias pobres do campo.

(29) O estudo faz uma rápida avaliação daqueles que considera terem sido os três programas mais importantes: o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), na região Nordeste, e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste (Polonoroeste). No caso do PNRA, a FAO estima que apenas 1% a 1,5% das 6,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra foram efetivamente beneficiadas após mais de cinco anos de seu início, e que em mais de 50% dos assentamentos realizados somente eram prestados quatro serviços (educação, assistência técnica, crédito rural e venda de insumos), todos eles considerados insuficientes e de baixa qualidade. Em relação ao PAPP, chama a atenção para a inadequação de sua estrutura conceitual e operacional para alcançar os objetivos propostos. E em relação ao Polonoroeste destaca que a construção de uma rodovia ligando Cuiabá a Porto Velho consumiu 42% dos recursos do programa, e que o restante foi quase todo utilizado para cobrir os custos técnico-burocráticos do projeto, não atingindo o seu destino proposto inicialmente (novos assentamentos, combate à malária, etc.). Ver:

FAO - Food and Agriculture Organization. Políticas Agrícolas y Políticas Macroeconómicas. Roma, Estudio para el Desarrollo económico y social, nº 108, 1992.

(29) Idem, ibidem, p. 100.